

poder

Fala do presidente é de ruptura democrática, dizem estudiosos

Declarações contra a imprensa são passíveis de enquadramento criminal

José Marques e Flávio Ferreira

SÃO PAULO A atitude do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) de mandar repórteres calarem a boca e de voltar a atacar a Folha com xingamentos, na manhã desta terça-feira (5), configurou uma conduta antidemocrática e passível até de enquadramento na esfera criminal, dizem especialistas em direito.

Entidades que representam o jornalismo e estudiosos do autoritarismo também veem uma aproximação do presidente, ao menos no discurso, com uma ruptura da democracia.

Pela manhã, o presidente apareceu na porta do Alvorada com uma cópia da edição impressa da Folha, e, referindo-se à manchete "Novo diretor da PF assume e acata pedido de Bolsonaro", disse que não interferiria na corrupção e chamou o jornal de "canalha".

Questionado sobre o tema por uma repórter do jornal O Estado de São Paulo, disse: "Cala a boca, não pergunte nada". "Folha de S. Paulo, um jornal patife e mentroso",

disse. Indagado em seguida pela Folha, gritou novamente: "Cala a boca, cala a boca".

Na internet, a manifestação do presidente foi comparada a uma entrevista de 1983, durante a ditadura militar, com o general Newton Cruz. O general mandou o repórter Honório Dantas, que questiona sobre retrocessos democráticos, calar a boca.

Quando ao aspecto criminal do comportamento do presidente, há divergência entre especialistas ouvidos pela Folha.

Para o professor da FGV-SP Oscar Vilhena, os atos configuram crime de responsabilidade previsto na Constituição. "O presidente mais uma vez hostiliza os meios de comunicação e em particular a Folha de S. Paulo. Esse tipo de conduta volta-se a intimidar e constranger o livre exercício da liberdade de imprensa. Ao afrontar o exercício de direito fundamental previsto na Constituição o presidente evidentemente incorre na hipótese do artigo 85, inciso 3".

A avaliação de Vilhena é compartilhada pela criminalista e conselheira do Iasp (Instituto dos Advogados de São

Paulo) Maria Elizabeth Queijo.

"É um comportamento atentatório à liberdade de imprensa. Não é um direito só do jornalista, há o direito da sociedade de ser informada. E é um chefe de Estado, tem um peso, tem um significado. Isso me faz pensar que, no conjunto da obra, essa conduta possa, no limite, levar a uma responsabilidade maior dele".

A criminalista ressalva que, embora os crimes de responsabilidade possam levar à abertura de processos de impeachment, há um forte aspecto político nesse tipo de procedimento. Em razão disso, as manifestações desta terça, se consideradas de forma isolada, dificilmente levariam ao início de um caso desse tipo.

Marcelo Nobre, advogado que atua nos tribunais superiores e foi conselheiro do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), diz que há decisões judiciais que já reconheceram a possibilidade de empresas como a Folha serem vítimas de crime contra a honra.

"Foram ofensas ditas por ele, injuriosas e difamatórias

“

[O comportamento de Bolsonaro] é atentatório à liberdade de imprensa. Não é um direito só do jornalista, há o direito da sociedade de ser informada. E é um chefe de Estado, tem um peso. No conjunto da obra, essa conduta possa, no limite, levar a uma responsabilidade maior dele

Maria Elizabeth Queijo
conselheira do Instituto dos Advogados de São Paulo

contra a Folha de S. Paulo. Há precedentes admitindo ofensas a pessoas jurídicas."

Parte dos especialistas, porém, não considera que a conduta tenha configurado crime, apesar de ser reprovável.

"Não vejo no campo jurídico penal a possibilidade de se acionar o presidente por esse ataque, mas é um ataque à imprensa que merece resposta política. Do ponto de vista político, é lamentável, como cidadão, verificar esse desrespeito, essa falta de postura do presidente", diz o criminalista Alberto Zacharias Toron.

Já o advogado Rodrigo Dall'Acqua aponta que, ainda que "a manifestação do presidente seja chocante, o Código Penal não pune a grosseria".

O conselheiro da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de São Paulo e criminalista Leandro Sarcedo diz que o presidente mostrou um comportamento autoritário, mas não praticou um ato ilícito. Sarcedo, no entanto, diz que os xingamentos do presidente merecem reprovção.

Acadêmicos de outras áreas veem no comportamento os traços de autoritarismo do presidente.

Professor de ciência política da UFMG, Leonardo Arritiz diz que Bolsonaro tem como projeto político se relacionar com os cidadãos sem moderadores, para evitar pluralismo de opinião. "Bolsonaro não chega a ser um líder autoritário, mas ele se enquadra naquilo que hoje a ciência política cada vez mais fa-

la, que são aqueles líderes políticos que mimam a democracia de dentro."

A historiadora e antropóloga Lilla Schwarcz afirma que o presidente se aproxima cada vez mais de uma "onda autoritário-populista" internacional.

"São governos que acreditam, e ele [Bolsonaro] repete isso o tempo todo, que democracia é ganhar a eleição, quando a gente sabe que democracia começa quando se ganha a eleição. São governos que, quando ganham a eleição, passam a usar o estado como se fosse uma propriedade privada", diz.

Para ela, esse tipo de governo não acha que tem uma comunicação direta com o povo, por meio das redes sociais, e não precisa dos especialistas e da imprensa. "Por isso o ataque constante de Bolsonaro e da sua equipe aos cientistas, à academia, às instituições e, em particular, aos jornalistas".

Entidades que representam a imprensa e seus profissionais também condenaram a atitude do presidente.

A ANJ (Associação Nacional de Jornais) disse, em nota, que "mais uma vez, o presidente mostra sua incapacidade de compreender a atividade jornalística e externa seu caráter autoritário".

A Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) afirma que o presidente "demonstrou mais uma vez seu desprezo pela liberdade de imprensa e de expressão, dois princípios fundamentais em qualquer democracia".



O presidente Jair Bolsonaro fala com apoiadores e jornalistas ao sair do Palácio da Alvorada, na manhã desta terça. Pedro Ladeira/Folhapress

Ataques à imprensa passam de 'arroubos' a tática consciente

OPINIÃO

Rodrigo Guimarães Nunes

Professor de filosofia moderna e contemporânea na PUC-Rio

Já se observou que a política brasileira hoje é algo entre "Sexta-Feira 13" e "Feitiço do Tempo". Os domingos são nosso Dia da Marmota, o momento pré-agendado para que o presidente apareça com apoiadores para defender uma ruptura da ordem institucional que renegará no dia seguinte, mas dali a dois dias sugerirá de novo.

Quando as referências ao nazismo provocaram a demissão do secretário da Cultura Roberto Alvim, comentei nesta Folha que ele cairia não por suas preferências políticas, mas por ser pego manifestando-as. A punição não fora pelo conteúdo de sua performance, mas porque ele perdera a mão num jogo que praticamente todo o entorno de Jair Bolsonaro joga diariamente há tempos.

Houve quem entendesse "perder a mão" como uma minimização do ocorrido, mas o sentido era outro. Tratava-se de indicar que, nesta série de repetições, não estamos lidando com "arroubos" que se-

rão depois "corrigidos" quando a cabeça esfriar", mas com uma tática consciente que se aproveita da disposição dos outros de seguir tratando tais momentos como exceções para continuar disseminando sua mensagem.

Os compartilhamentos indignados na internet, os editoriais e as notas oficiais de repúdio não impõem limites a este mecanismo, eles são parte já contabilizada do mesmo. Se a grifa for alta, basta emitir um desmentido ou queixar-se das más interpretações — e voltar à carga dias depois.

O erro de Alvim foi ter ido tão longe que deixou de ser possível fingir que ele se excusava ou enganava. Ele quebrou o pacto de plausibilidade que permite que um lado finja não querer dizer aquilo que efetivamente diz enquanto o outro finge acreditar quando eles pedem desculpas; ele não ajudou as instituições a ajudá-lo.

A questão é se cada vez mais gente sabe que esta é a natureza da brincadeira, porque continua brincando? A pergunta tem voltado com força porque o tom e a frequência dos "arroubos" vindos do Palácio do Planalto têm subido a olhos vistos. Especialmente

em relação à imprensa, já que, nos últimos três dias apenas, vimos um jornalista agredido por uma turba bolsonarista e o próprio Bolsonaro atacar a Folha e um de seus funcionários.

Uma primeira resposta poderia apontar para a "falha no sistema" que a extrema direita aprendeu a explorar. Nas vacas magras do jornalismo contemporâneo, conteúdo "polêmico" (preconceituoso, calunioso, falso etc.) vende, e quem oferecer este tipo de conteúdo receberá cobertura midiática grátis.

Há um público para se comprazer ou indignar diariamente com declarações de Bolsonaro e seus asseclas, e uma indústria para prover este serviço em troca de cliques e publicidade. Isto faz com que, em países onde a extrema direita avança, a imprensa se comporte como um viciado, incapaz de dizer não aquilo que sabe poder matá-lo.

É uma escolha difícil, entre o imperativo do lucro e o instinto de autopreservação. Mas assim como o problema do viciado é confiar que com ele será diferente, talvez falte às empresas de comunicação convencer-se que os riscos são reais e seu status atual não necessariamente as pro-

tegerá da degradação do ambiente de moicrático.

Só isto explica que as Redações ainda não tenham tomado obrigatórias medidas que têm se tomado mais comuns nos últimos tempos. Medidas como jamais dar o título (que todos leem) para uma afirmação falsa que será desmentida no corpo do texto (que poucos gente lê) sem deixar clara sua falsidade. Ou como nun-

ca divulgar o "outro lado" de um debate sem deixar claro, quando for o caso, que trata-se de uma posição minoritária, desacreditada pela maioria dos membros de uma comunidade de pares, alvo de críticas e suspeitas etc.

O dever jornalístico de oferecer todos os ângulos não pode dar peso igual aquilo que é praticamente consenso e o que é erro ou fabricação.

Mas talvez seja hora de um pouco mais de ousadia. Circulou recentemente no Twitter que diversas redes de TV nos EUA haviam decidido não mais divulgar os pronunciamentos do presidente Donald Trump sobre a Covid-19 por entender que isto deixaria de ser de interesse público. Ironicamente, a notícia era falsa, embora baseada no fato que muitas emissoras não dão espaço ao vivo ao presidente sem checados a mídia. Mas ela gera um bom exemplo de pensamento, especialmente quando um estudo aponta correlação entre declarações de Bolsonaro e a queda de adesão à quarentena. E se os principais meios de comunicação deixassem de cobrir o "cercadinho" do Alvorada? E se decidissem parar de divulgar afirmações que ser-

vem para criar confusão e diminuir a eficácia das medidas sanitárias já tomadas?

O crescimento recente da extrema direita repete um padrão observado nos anos 1930: uma grande crise financeira seguida por uma crise de legitimidade em que as elites, incapazes de chegar ao poder com forças políticas próprias, se convencem que podem usar a extrema direita contra a esquerda e a favor de seus privilégios. Sabemos como a história acabou da primeira vez: as elites só descobriram tarde demais que eram elas que estavam sendo usadas.

Penso nisso sempre que, diante do último abuso de poder do atual governo, os jornais se contentam para encontrar equivalentes nos governos do PT e reforçar a ideia de uma polarização simétrica entre esquerda e extrema direita. Não percebem que estão reforçando a narrativa bolsonarista na qual tudo, inclusive o ataque à imprensa e às liberdades democráticas, se justifica contra uma ameaça fantasma comunista? Ou acreditam poder seguir explorando a indefinidamente? Espero que em breve não descubramos da pior maneira que estavam errados.